

Nota de apresentação

Caminhos da Arquivística Histórica II: epistemologias, práticas, propostas

MARIA DE LURDES ROSA

Professora auxiliar com agregação na NOVA.FCSH - Departamento de História

mlrosa@fcs.unl.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2027-4485>

RITA SAMPAIO DA NÓVOA

Investigadora do projeto VINCULUM (IEM-NOVA FCSH)

ritanovoa@fcs.unl.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6543-6807>

ABEL RODRIGUES

Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia FCSH;

(IEM-NOVACentre Jean Mabillon, École nationale des chartes-PSL)

abelrodrigues@fcs.unl.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1254-4112>

O presente número do Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra é o segundo de um conjunto de dois números especiais dedicados à Arquivística Histórica. Como tivemos oportunidade de escrever na nota de apresentação do primeiro número, os caminhos da Arquivística Histórica remontam a 2008, na procura de um grupo de investigação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) em desenvolver uma abordagem interdisciplinar capaz de aliar a História e a Ciência Arquivística, com influências da Ciência da Informação e da *Archival Science* anglo-saxónica.

Os seis textos apresentados no primeiro número, intitulado “Caminhos da Arquivística Histórica I: materialidades, contextos de produção de informação, representações documentais”, foram produto de uma das iniciativas

desenvolvidas pelo grupo de investigação, a Pós-Graduação em Arquivística Histórica (NOVA FCSH), na sua primeira edição (2021/22). De facto, esta foi a primeira vez que os trabalhos resultantes de uma Pós-Graduação da NOVA FCSH foram publicados em bloco numa revista científica em acesso aberto indexada na Web of Science e na Scopus. Já o havíamos afirmado, mas não será demais repetir, que o BAUC é sem dúvida a casa ideal para receber estes números, perfeitamente integrados na missão da revista em promover o debate interdisciplinar em torno da Ciência da Informação e da História.

Neste segundo número serão publicados outros quatro textos produzidos por investigadores e investigadoras formados na Pós-Graduação. Tal como sucedeu no número anterior, alguns dos trabalhos desenvolveram-se na sequência de estágios em instituições arquivísticas no contexto de protocolos de estágio celebrados entre estas últimas e a Universidade. Reiteramos os agradecimentos a estas instituições, que prontamente receberam os estudantes e que, através dos orientadores locais, foram essenciais no processo de aprendizagem: à Torre do Tombo, Divisão de Tratamento Técnico Documental e Aquisições (DTTDA), à Academia das Ciências de Lisboa, à Fundação Calouste Gulbenkian, à Irmandade dos Clérigos do Porto – Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, e à Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Outros trabalhos foram resultado de uma investigação histórico-arquivística desenvolvida sob a tutoria de docentes e especialistas associados à Pós-Graduação. Vários dos temas explorados nos trabalhos surgiram no decurso da fase letiva do curso a partir dos assuntos discutidos nas diferentes unidades curriculares; muitos outros foram trazidos pelos alunos e pelas alunas, que, assim, procuraram respostas no campo formativo para os problemas profissionais do seu quotidiano.

Assim, o primeiro texto é da autoria de Filipa Magalhães, que realizou o seu estágio curricular nos Arquivos Gulbenkian, da Fundação Calouste Gulbenkian. O estágio focou-se na série documental Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea, pertencente ao Serviço de Música da FCG. De grande relevância para o estudo da cena musical portuguesa de vanguarda, este conjunto documental não havia ainda recebido qualquer tratamento técnico-arquivístico. No seu artigo, Filipa Magalhães reflete sobre algumas das abordagens possíveis ao tratamento desta documentação levado a cabo ao longo do estágio, sublinhando, em particular, os benefícios de uma perspetiva interdisciplinar capaz de aliar a Musicologia à Arquivística Histórica.

João Caetano Sameiro oferece-nos de seguida um estudo inédito do Arquivo Sameiro, um arquivo de família privado com documentação datada do século XVI até à atualidade. No seguimento de um dos principais temas

explorados pela Arquivística Histórica, o Autor apresenta a história da família e do conjunto documental por ela produzido, interessando-se especialmente pelo papel desempenhado pelo atual proprietário do Arquivo na (re)construção, organização e classificação do acervo. De facto, João Caetano Sameiro define o Arquivo Sameiro resultante da ação dinamizadora do proprietário como “um exercício de recuperação da memória familiar”. No último ponto do artigo, as opções de organização e classificação do conjunto documental por parte do proprietário são comparadas com a abordagem sugerida pelo modelo sistémico, sublinhando-se, entre outros aspetos, a possibilidade de este último permitir integrar a própria pegada arquivística deixada pelo atual proprietário do Arquivo Sameiro.

O terceiro texto, a cargo de Lénia Oliveira, debruça-se sobre um tipo de produção documental até agora insuficientemente explorado, os registos notariais de Vila Franca de Xira. A descrição arquivística de cerca de 200 registos produzidos entre os séculos XVII e XX e maioritariamente conservados no Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira, possibilitou à Autora conhecer, entre outros aspetos, os procedimentos administrativos daqueles oficiais, a sua rede clientelar ou a correlação entre o local de residência dos outorgantes e o local das propriedades contratualizadas. Os resultados deste estudo poderão facilmente ser replicados noutras localidades, demonstrando-se que a probabilidade de recuperar informação sobre determinado ato notarial aumenta significativamente quando associada à localidade onde o notário exerceu o seu ofício.

O último texto decorrente da Pós-Graduação em Arquivística Histórica foi desenvolvido por António Jorge Botelho Carrilho e incide sobre cinco fundos depositados pela Misericórdia de Monforte no Arquivo Municipal daquela vila. Sublinhando o importante valor histórico desta documentação não só para a Misericórdia como para a vila de Monforte, António Carrilho avalia o processo de inventariação destes conjuntos documentais, que abarcam mais de cinco séculos de história. Começando pelo estado da arte e acompanhando de seguida a história das Misericórdias e de Monforte, o Autor reflete por fim sobre a aplicabilidade do modelo sistémico ao tratamento dos fundos da Misericórdia de Monforte. Nas suas palavras, à luz deste modelo, “o arquivista assume o papel do cientista que procura compreender e explicar o objeto informacional (o documento) em toda a sua complexidade”.

Para além destes quatro textos, incluímos neste número outros três artigos que, não estando associados à Pós-Graduação, partilham e ilustram diversas das problemáticas e abordagens da Arquivística Histórica e de áreas de estudo afins, incentivando o estudo e o debate científico interdisciplinar

em torno da história dos arquivos e do seu acesso pela comunidade. Um desses artigos, desenvolvido por Eliezer Pires da Silva, María Manuela Moro Cabero e Marcos Vinícius Bittencourt de Souza, foca o papel desempenhado pelos arquivos municipais na mediação da informação arquivística no contexto de múltiplas cidades brasileiras. Como afirmam os Autores, os arquivos municipais assumem-se como “instituições essenciais para a cidade e vida comunitária”. É essencial, portanto, avaliar o modo como estes arquivos disponibilizam informação de modo a identificar não só as suas potencialidades, mas também os seus limites, apontando-se, em simultâneo, as necessidades que importa suprir e as possibilidades de melhoria.

O contributo de Abel Rodrigues passa por identificar e definir os quadros cronológicos que pautaram a evolução da Torre do Tombo, primeiro como Arquivo da Coroa e depois como Arquivo Nacional de Portugal. Através da apresentação e análise da legislação oficial promulgada entre o século XVI e 2012, o Autor acompanha as diferentes fases político-administrativas daquela instituição arquivística, contextualizando progressivamente as suas funções e atividades. Este exercício revela-se fundamental não só para traçar a história do Arquivo, mas também, e sobretudo, para compreender “as formas de incorporação e a história custodial dos fundos documentais” atualmente à guarda da Torre do Tombo.

Por fim, fechamos este número com o artigo de autoria de Maria de Lurdes Rosa, que apela à interdisciplinaridade ou, se quisermos, ao cruzamento de caminhos, com vista à criação de espaços científicos comuns entre ciências que, partilhando um interesse análogo em torno do tema “Arquivo”, tendem com frequência a não estimular uma colaboração sustentada: as Ciências Sociais e humanas, entre elas a História; a Ciência da Informação e a Arquivística. Com recurso a estados da questão e a reflexões em torno dos diferentes campos disciplinares, este artigo relança o debate sobre esforços comuns possíveis, em harmonia interdisciplinar, tanto dentro dos limites da academia, mas como na área da Ciência Cidadã, promotora de uma abertura à sociedade e à cidadania. Nas palavras da Autora,

É fundamental alicerçar a colaboração não na criação de clivagens académicas, que têm a tendência em resvalar para a competição institucional e não científica, bem como revestir natureza prescritiva. É igualmente importante recusar clivagens do tipo “ciência/ disciplina”, como tem acontecido, não raras vezes, entre a Ciência da Informação e a Arquivística: tal afigura-se-nos especialmente discutível, e, até, reproduzindo de algum modo a famigerada relação entre a História

e as “técnicas documentais”. Por fim, é preciso combater um certo isolamento internacional em que se encontra a Ciência da Informação em Portugal, em parte derivado de uma sua menor familiaridade com a bibliografia de línguas europeias, em parte pela adoção de um paradigma disciplinar particular, que seria importante confrontar sistematicamente com as propostas internacionais mais atuais, na senda do que aqui em parte esboçámos, de modo a verificar até que ponto tal situação limita os referenciais teóricos e os enquadramentos formativos. É, pois, desejável – e cremos que urgente – construir espaços científicos comuns a partir do conhecimento e debate do pensamento internacional mais atualizado das várias ciências.

Neste segundo número especial dedicado aos caminhos da Arquivística Histórica usufruímos, então, de diferentes abordagens a arquivos de música, a arquivos de família de Antigo Regime, e também a arquivos públicos, municipais e nacionais. Podemos assim acompanhar as possibilidades de tratamento arquivístico, os papéis desempenhados pelos diferentes intervenientes e os benefícios de uma perspetiva que visa compreender o Arquivo antes de retirar dele informação para o estudo de determinado tema historiográfico. Contemplamos, ainda, o papel social atual das instituições arquivísticas na construção de memória e na promoção da cidadania, tanto em âmbito local como nacional. E ponderamos, por fim, as possibilidades de novos caminhos, que se pretendem interdisciplinares, internacionais e avessos a fechamentos científicos.

No conjunto dos dois números especiais acreditamos ficar demonstrado, como afirmámos anteriormente, o potencial da Arquivística Histórica e, sobretudo, a importância de contributos empíricos interdisciplinares promovidos pela aposta na formação avançada. São estes contributos que sustentam a capacidade de reflexão e problematização, essencial para a evolução de um campo científico comum.

Estudos

